

Construir um Congresso com ampla participação e de luta

Jornal do SINS^{CUT}PREV

Ano 15 - Outubro de 2005 - nº 223

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA NO ESTADO DE S. PAULO
FILIADO À FENASPS E CNTSS/CUT

Preparando o 9º Congresso do SINS^{CUT}PREV Vamos eleger delegações em todos os locais de trabalho

O mais importante evento de nossa categoria acontecerá de 27 a 30 de outubro de 2005. A eleição de delegados e delegadas deve ser feita entre os dias 6 e 22 de outubro. Após o Congresso, haverá eleições diretas para a nova diretoria do Sindicato, com as chapas que forem inscritas no Congresso. Veja mais detalhes abaixo. Não deixe de participar!

Para se eleger é preciso:

Realizar uma Assembléia no local de trabalho, avisando a Comissão Organizadora do Congresso com 3 dias de antecedência. É possível eleger 1 delegado para cada 5 presentes na assembléia local, com fração de 3. Por exemplo, em uma assembléia com 8 servidores presentes, elegem-se 2 delegados. É necessário um mínimo de 5 servidores presentes na Assembléia. Crianças com até 12 anos de idade, podem acompanhar os pais ou responsáveis. Os formulários necessários para eleger a delegação de seu local de trabalho estão disponíveis.

O que vamos discutir no Congresso:

- Conjuntura Nacional e Internacional;
- Movimento Sindical/ Estrutura Sindical;
- Movimento dos Previdenciários, Super-Receita e Movimento dos Federais/Plano de Lutas;
- Estruturação da Entidade e Alterações Estatutárias;
- Balanço de Gestão;
- Processo Eleitoral para a Nova Diretoria.

Paralisação de 48 horas contra MP da Super-Receita



Nos dias 5 e 6 de outubro, fizemos 48 horas de paralisação no setor de Arrecadação do INSS. Contra a MP 258, que ataca nossos direitos e ameaça a Previdência Pública. Acima, Ato realizado em frente à Superintendência do INSS. Leia mais na página 3

Manuel Messina

Cronograma para o 9º Congresso do SINS^{CUT}PREV

- De 06 a 22/10: Eleição de Delegados.
- De 27 a 30/10: Congresso.
- De 08 a 10/12: Eleição
- 16/12: Posse da Diretoria Eleita.

Finalmente, foram assinados o Termos de Acordo

Leia os principais pontos dos acordo de greve na última página

A obrigação de fazer horas-extras para compensar os dias parados acabou. A reposição do serviço já foi feita. Não aceite pressões. Denuncie!

Nova Estrutura pode enfraquecer ainda mais o INSS

Saída do setor de arrecadação, desmonte das Superintendências, mudanças na estrutura de decisão. Tudo isso e mais algumas alterações na estrutura do INSS podem enfraquecer ainda mais o órgão.

Com a saída do setor de arrecadação da estrutura do Ministério da Previdência, o INSS fica cada vez mais enfraquecido, esvaziado de poder. Desta forma o governo começa a traçar o novo desenho do INSS, desmontando as Superintendências, criando cinco

gerências regionais e alterando as estruturas de decisão.

Ao mesmo tempo, estão em andamento projetos que visam reduzir o trânsito de segurados pelas agências além de reduzir o tempo de atendimento. Há

ainda projetos mais ousados como é o caso de parcerias com prefeituras e outros setores, apontando para uma precarização em médio prazo.

Durante a greve um dos impedimentos alegados pelo governo para

discutir a carreira era justamente que o governo iria primeiro reestruturar o INSS para depois definir a reestruturação. Devemos estar organizados para impedir retrocessos em temas como jornada de trabalho e avaliação de desempenho.

GEAP: Problemas de atendimento e na mensalidade

Os problemas de atendimento do GEAP em São Paulo está cada vez maiores. Em todo o Estado, hospitais, clínicas e profissionais estão recusando atendimento devido a problemas de contrato.

Um dos casos mais grave é a suspensão do atendimento no Hospital do Câncer.

Por isso, no dia 16/09, estivemos em reunião com a Superintendente do GEAP em São Paulo, Susana Rosa Lopez Barrios. A dirigente se comprometeu a tentar resolver os problemas de atendimento e o Sindicato se comprometeu a ajudar no levantamento de informações nas regiões do Estado.

Também enviamos um ofício ao GEAP solicitando uma central telefônica com aten-

dimento 24 horas, em São Paulo, reinstalação dos escritórios regionais no Estado e nova reunião para apresentarmos a relação de problemas comunicados pelos servidores. Solicitamos que as informações sejam enviadas até o final de outubro, por e-mail.

No dia 21/09, fomos informados pela Superintendente que o atendimento no Hospital do Câncer estava sendo regularizado.

Desconto da mensalidade

Servidores que fizeram greve estão sendo descontados em dobro na mensalidade do GEAP. Consultado por e-mail, o GEAP respondeu que os valores descontados a mais seriam reembolsados. Estamos verificando se isso está sendo realmente feito.

Lula aprova Orçamento para 2006, sem reajuste para servidores

Isso mesmo, o reajuste que estava previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não foi aprovado pelo presidente.

A lei foi sancionada no dia 22/09. Ela previa um reajuste linear para os servidores públicos com base na variação real do Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Mas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou essa parte da lei.

O reajuste linear do funcionalismo público, previsto no artigo 90 do texto aprovado pelo Congresso, tinha sido negociado com as lideranças do próprio PT na Comissão Mista de Orçamento. Na justificativa ao veto, o governo argumenta que "o dispositivo se traduz em indexação dos gastos da União com pessoal e encargos sociais com inequívoca repercussão negativa sobre as contas públicas...".

O relator Gilmar Machado (PT-MG) disse que o governo incluiu no Orçamento de 2006 recursos para reajustar os salários do funcionalismo, mas os aumentos não serão lineares. Parece que o deputado esqueceu que o reajuste deste ano foi linear. Foram os vergonhosos 0,1% de reajuste.

Governo aperta mais ainda o cinto para segurar dinheiro e fazer caixa para pagar a Dívida "Eterna"

Foi divulgado que o governo brasileiro aumentou em 30% o valor economizado em relação ao mesmo período de 2004 para aumentar o superávit primário. Ou seja, para pagar os juros da dívida externa. Não precisa fazer muito esforço para entender de onde veio este montante de recursos. Só pra lembrar:

- **R\$ 153 bilhões** - previsão somente para este ano com o pagamento dos juros da dívida pública interna (incluindo a rolagem da dívida)*

- **R\$ 60 bilhões** - superávit primário no primeiro semestre para pagamento de juros da dívida pública interna (em "dinheiro vivo", não incluída a rolagem da dívida de R\$ 20 bilhões) - este é o dinheiro dos tributos que a União, estados e municípios (e empresas estatais) economizam para remuneração dos especuladores, com altas taxas de juros, as maiores do mundo.

- **14 bilhões de dólares** - previsão de pagamento dos juros da dívida externa do Governo Federal em dois anos

(2006 e 2007), não incluídas as dívidas das empresas privadas.

À partir deste cenário é possível pensar porque um governo afundado em denúncias continua intransigente com os trabalhadores e os movimentos sociais que reivindicam verbas para as ações sociais. É possível também entender porque o governo mantém as medidas de arrocho sobre os servidores e sobre a população. Alguns exemplos:

- **0,1% de reajuste** para o setor público.

- descumprimento do acordo feito em 2004 com os militares.

- descumprimento do acordo feito em 2004 com a educação (trabalhadores das universidades entraram em greve para garantir os recursos necessários para recompor a carreira negociada no ano passado)

- aumento de R\$ 40,00 para o salário mínimo.

- alteração das regras do cálculo de benefícios.

Paralisação contra a MP 258 atinge todo o País

Nos dias 5 e 6 de outubro fizemos 48 horas de greve contra a Medida Provisória da Super-Receita. Cerca de metade dos setores de arrecadação do INSS paralisaram suas atividades em todo o País. A “Super-Receita” é um órgão criado a partir da união da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária. O governo diz que está fazendo isso para aumentar a arrecadação e para combater fraudes e sonegadores.

Mas, não é isso que vai acontecer. Para começar, a medida não foi discutida com a população, com os servidores e com as entidades populares. Além disso, tudo indica que vai ser mais uma maneira de desviar dinheiro da Previdência. E conquistas como a jornada de 30 horas semanais também está ameaçada.

Veja abaixo, os principais pontos negativos dessa medida.

1 - A Seguridade Social tem o maior orçamento do governo. São 220 bilhões de reais

A Seguridade Social inclui a Previdência, a Saúde e a Assistência Social. É mentira que ela é deficitária, ou seja, ela não dá prejuízo. O problema é que vivem desviando seus recursos para outras finalidades. Enquanto isso, as aposentadorias e outros benefícios ficam na miséria.

2 - A criação da “Super-Receita” pode aumentar o desvio de dinheiro da Previdência

Hoje, o governo pode desviar até 20% dos recursos da Saúde, Educação etc. Mas, não pode desviar dinheiro que é recolhido de empregados e patrões na folha de pagamento de salários. Com a “Super-Receita”, o governo pretende que esse desconto passe a ser feito sobre o faturamento das empresas. Com isso, o governo poderá desviar os 20% também da Previdência Social. É dinheiro de nossa aposentadoria.

3 - O dinheiro que deveria ir para a aposentadoria, vai para os banqueiros.

Hoje, os recursos arrecadados pela Previdência são usados exclusivamente para pagamentos de benefícios. Com a unificação das receitas o

dinheiro da Previdência pode ser desviado oficialmente para outras despesas. E para onde vai todo esse dinheiro? Para pagar a Dívida Externa. Para os banqueiros nacionais e estrangeiros. Eles levam bilhões de reais embora, enquanto a população continua sem saúde, educação, aposentadoria, etc.

4 - Diminuição do valor das aposentadorias e privatização.

E tem mais. O governo já está dizendo que quer desvincular o valor dos benefícios do INSS do salário mínimo. Se já é uma miséria, vai ficar pior.

O governo também quer transformar o INSS em franquias. Ou seja, em negócio a ser explorado por empresários. Aí, a prioridade vão ser os lucros e não aposentadorias e benefícios com valores dignos.

5 - Aumento da jornada de trabalho dos servidores do INSS.

Os servidores do INSS deslocados para a “Super-Receita” estão sendo pressionados a cumprir 40 horas semanais. É um ataque a uma conquista de mais de 20 anos. Não aceitaremos.

Por todas estas razões, somos contra a criação da “Super-Receita”. Queremos a derrubada da Medida Provisória 258. Em defesa da Previdência Pública, com aposentadorias e benefícios dignos. Junte-se a nós nesta luta!

No dia 5 de outubro, durante as 48 horas de greve contra a MP 258, fizemos uma Ato em frente à Superintendência do INSS - Santa Ifigênia

Fomos recebidos pelo Gerente de Campinas, Breno Geribello da Cruz, que estava substituindo o Superintendente, Antonio Carlos de Lima. Entregamos uma carta em que exigimos a retirada da MP 258



Manuel Messina

Principais reivindicações na luta contra a MP 258

- Pela retirada da MP-258, contra o desmonte da Previdência Pública e defesa dos recursos da Seguridade Social
- Suspensão dos projetos-piloto até que haja definição sobre a situação da “Super Receita”, bem como definição em relação à situação funcional, direitos, atribuições, opção, jurisdição, entre outros.
- Contra o deslocamento obrigatório, sem definições e sem garantia de direitos.

- Pelo direito de opção de permanecer no INSS. Em defesa da jornada de 30 horas e demais direitos conquistados. Por um plano de carreira discutido com a categoria que contemple nossas reivindicações.

E reafirmando as seguintes tarefas:

- Organizar a mobilização nos locais de trabalho, fazendo a discussão da proposta de paralisação nacional em defesa de nossos direitos.

Veja os principais pontos dos termos de acordo

Finalmente, no dia 27 de setembro, o governo assinou os documentos com os pontos negociados no encerramento de nossa greve, em 17 de agosto. Foi preciso muita pressão para que o governo cumprisse sua parte. Afinal, os servidores estavam cumprindo o que havia sido combinado. Voltaram ao trabalho e compensaram os dias parados trabalhando até aos sábados. Mas é preciso continuar alerta para o cumprimento, principalmente em relação à reestruturação da carreira que começa a ser discutida agora em outubro com a formação do Grupo de Trabalho com representantes do governo e das entidades nacionais.

Veja como ficam os reajustes do INSS e da Saúde para 2006

Em janeiro de 2006, os servidores do INSS terão reajustes que vão de 7% a 13%

A Gratificação Específica do Seguro Social (GESS) sobe de R\$ 184,00 para R\$ 238,00.

Veja abaixo os valores aproximados do reajuste considerando-se os 60 pontos da GDASS mais o valor fixo da GESS.

Função	% Aproximado
AGENTE ADMINISTRATIVO	7%
TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO	13%
ANALISTA PREVIDENCIÁRIO	12%
NÍVEL SUPERIOR	12%
APOSENTADO - NI	5%
APOSENTADO - NS	4%
APOSENTADO - NA	8%

Em março de 2006, os servidores da Saúde recebem 3% de reajuste. Em dezembro, mais 6,23%

O acordo assinado para a área da Saúde determina a incorporação do PCCS aos salários em 12 parcelas, em 6 anos

A primeira parcela será paga em março de 2006. Para saber quanto você pode receber, é preciso somar o valor da GAE e os vencimentos básicos e aplicar os percentuais abaixo.

Pagamento dos 47,11% referentes ao PCCS, em 12 parcelas e em 6 anos, da seguinte forma:

1ª parcela (mar/2006)	3,0%
2ª parcela (dez/2006)	6,23%
3ª parcela (mar/2007)	4,30%
4ª parcela (dez/2007)	4,13%
5ª parcela (mar/2008)	3,97%
6ª parcela (dez/2008)	3,81%
7ª parcela (mar/2009)	2,94%
8ª parcela (dez/2009)	2,86%
9ª parcela (mar/2010)	2,77%
10ª parcela (dez/2010)	2,7%
11ª parcela (mar/2011)	1,32%
12ª parcela (mar/2011)	1,29%

Formação de um Grupo de Trabalho, no prazo de 30 dias, após a assinatura do termo, para discutir diversas questões de interesses da categoria como: pagamento de ações judiciais pendentes (PCCS, 3,17%, 28,86%, anuênios, adicional de insalubridade), entre outras e elaborar um cronograma de pagamento.

O GT também terá o objetivo de identificar servidores que sofreram punições e/ou descontos de salários nas greves de 2003 e 2004, propor minuta para reverter a situação.

Acaba o instrumento de pressão que muitas chefias vinham usando para exigir mais horas que o necessário para repor a greve.

Assinado o acordo, acaba a ameaça de código 28 que vinha sendo utilizado por diversas gerências para pressionar pela horas-extras.

Veja como ficou a redação:

“I - Reposição de parte das horas não trabalhadas, mediante acréscimo de 02 horas diárias na jornada de

trabalho, de segunda a sexta feira, com efetivo atendimento ao público. (...)

III - Execução do serviço acumulado até o retorno aos níveis de acúmulo identificados em 1º de junho de 2005, comprovado mediante controle semanal de estoque de processos por agência, a partir de 19 de setembro de 2005.

IV - Cumprido o constante nos itens anteriores, fica garantido que não ocorrerão quaisquer tipo de punições ou discriminações aos servidores em função da participação no referido movimento grevista.”

SINSPREV - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo - CGC: 55.952.451/0001-10 DIRETORIA COLEGIADA: ADMINISTRAÇÃO, Deise Lucia do Nascimento, Paulo César Gomes Martins, Raimunda Barros Frade, APOSENTADOS, José Aparecido Antunes, Maria de Lourdes Café, Maria José de Campos Nimia, ASSUNTOS JURÍDICOS, Gilmar Rodrigues Miranda, José Aldir Macedo, Pedro Luis Totti, SECRETARIA CULTURAL E DE POLÍTICAS SOCIAIS, José Rubens Falcone, Maria das Graças Alves Candido, Rosalina Soares Poveda, DELEGACIAS E NÚCLEOS, Eduardo Aparecido Franco, José Rubens Decares, Margarida Maria Pereira Paschoal, FINANÇAS, Gilberto Silva, Júnia da Silva Gouvêa, Miraci Mendes da Silva Astun, FORMAÇÃO SINDICAL E POLÍTICA E RELAÇÕES INTER-SINDICAIS, Áureo Moreira Santos, Diná dos Santos Neres, Vicente Guilherme da Cruz Giral Argemengol, IMPRENSA E DIVULGAÇÃO, José Roberto Lemos, Laércio Duque de Lemos, Rita de Cássia Pinto, SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, Eliane Furtado, João Maia, Nancy Cristina Dias, SUPLENTE, 1ª - Silvia Helena Garcia Barreto, 2ª - Cordélia Gonçalves, 3ª - Osmar Prestes Ruivo, 4ª - Rosinete Gomes de Lira, 5ª - Ismael Francisco dos Santos.

JORNAL DO SINSPREV - Redação e Edição: Sérgio Domingues. Fotolitos e Impressão: Editora Forma Certa. Tiragem: 18 mil exemplares. - Rua Senador Felício dos Santos, 404 - São Paulo - SP - CEP: 01511-010 - Aclimação - Fone: 11- 3207-9344 - e-mail: sinsprev@uol.com.br. página na internet: www.sinsprev.org.br